



**PROJETO DE LEI Nº 001/PMP/2021 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021.**

*Regulamenta o Serviço de Transporte Individual de Passageiros – Táxi no Município de Palminópolis e dá outras providências.*

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS** aprova e eu **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, **SANCIONO** e **PROMULGO** a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DO SERVIÇO DE TÁXI**

**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**  
Câmara Municipal de Palminópolis  
Data: 01/03/2021  
H. 14h 35m  
Secretário

**Art. 1º.** Fica regulamentado o Serviço de Transporte Individual de Passageiros - Táxi no Município de Palminópolis, em conformidade com o Art. 10, Incisos XXI e XXII da Lei Orgânica do Município de Palminópolis, os arts. 107 e 135 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a Lei Federal nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 e a Lei Federal nº 12.587, de 3 de Fevereiro de 2012.

**§ 1º.** O transporte individual de passageiros em veículos automotores - Táxi no Município de Palminópolis constitui serviço de utilidade pública, e reger-se-á segundo as disposições desta Lei e demais atos regulamentares expedidos pelo Poder Executivo.

**§ 2º.** O transporte individual de passageiros - Táxi é constituído das modalidades Convencional.

**Art. 2º.** O número de veículos de táxi será proporcional à população na razão de 1 (um) veículo para cada 1.150 (mil cento e cinquenta) habitantes.

**§ 1º.** Para efeito deste artigo, o número de habitantes será aquele determinado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística).



§ 2º. A quantidade de veículos de táxi atualmente licenciados pela Prefeitura permanecerá até que a proporcionalidade prevista neste artigo permita o seu aumento ou sua diminuição.

### Seção I

#### Do Serviço de Táxi Convencional

**Art. 3º.** O serviço de táxi somente poderá ser explorado por pessoa física, motorista profissional autônomo, residente no Município e será executado sob o regime de permissão.

**Parágrafo único.** O motorista profissional autônomo somente poderá explorar no serviço 1 (um) veículo e não ter renda proveniente de outra atividade ou profissão.

**Art. 4º.** Nenhum permissionário de táxi poderá entregar seu veículo para outro com ele executar o serviço, salvo na forma prevista no artigo 19 desta Lei.

**Art. 5º.** Para fins desta Lei entende-se por:

**I - permissão:** alvará de estacionamento, contendo os dados do veículo e do proprietário, bem como do motorista auxiliar se houver, outorgado pela Prefeitura, autorizando que o motorista autônomo efetue o serviço de transporte - táxi;

**II - cadastro de condutor:** documento dos motoristas, tanto titulares da permissão, quanto os motoristas auxiliares.

**Parágrafo único.** Para a execução do serviço de táxi, o condutor do veículo deverá portar tanto a permissão (alvará de estacionamento), quanto o cadastro de condutor.

### CAPÍTULO II

#### DA PERMISSÃO

**Art. 7º.** A permissão para a exploração de serviço de transporte de passageiros por táxi será outorgada a título precário, por meio de licitação, através de edital de chamamento



a ser realizada pela Administração Municipal, nos termos da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, nas condições estabelecidas por esta Lei e demais atos normativos expedidos pelo Executivo.

**Art. 8º.** O edital de chamamento será elaborado de acordo com as condições impostas pela Administração, bem como conterá os critérios para exploração do serviço de táxi.

**Art. 9º.** A exploração do serviço de táxi será exercida por profissional autônomo, sem vínculo empregatício, quando proprietário, alienatário, fiduciário ou promitente comprador de um só veículo.

**Art. 10.** Será outorgada apenas uma permissão a cada interessado, sendo pessoal.

**§ 1º.** É permitida a transferência da outorga a terceiros.

**§ 2º.** Em caso de falecimento do outorgado, o direito à exploração do serviço será transferido aos seus sucessores legítimos, nos termos dos artigos 1.829 e seguintes do Título II do Livro V da Parte Especial, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de Fevereiro de 2002.

**§ 3º.** As transferências de que tratam o § 1º e o § 2º dar-se-ão pelo prazo da outorga e são condicionadas à prévia anuência da Administração Pública Municipal e ao atendimento dos requisitos fixados quando da outorga.

**§ 4º.** A pessoa física terá direito a uma única permissão.

**§ 5º.** Fica vedada à outorga de permissão:

I - a servidor público da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do Poder Público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.

II - a quem já possua outra permissão pública, seja ela qual for;



**§ 6º.** A vedação prevista no § 5º. deste artigo se estende às pessoas contratadas ou membros da diretoria de organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs e de organizações sociais – OS que mantenham contratos de gestão, convênios ou parcerias com o Município e que sejam pagos com recursos públicos.

**Art. 11.** Para obtenção da permissão serão exigidos os documentos do motorista autônomo (cadastro de condutor) e do veículo, conforme critérios a serem definidos em decreto regulamentador.

**Parágrafo único.** A permissão do serviço deverá conter os dados do veículo e do proprietário, bem como do motorista auxiliar, quando houver.

**Art. 12.** A permissão deverá ser renovada anualmente respeitado o período de aferição.

**Art. 13.** A falta de renovação da permissão enseja a caducidade que será declarada pelo Poder Público, após a instauração de processo administrativo, assegurando o direito a ampla defesa e ao contraditório.

**§ 1º.** Declarada a caducidade, não resultará para o Poder Público qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros.

**§ 2º.** Ocorrendo caducidade, o interessado, sem direito a qualquer condição ou privilégio, só poderá pleitear a obtenção de outra permissão em caráter inicial após dois anos, e nos termos do artigo 7º desta Lei.

**Art. 14.** No caso de falecimento do permissionário, o cônjuge ou companheiro sobrevivente poderá, mediante autorização da Administração, explorar o serviço de táxi, desde que:

- I - comunique o óbito à Administração Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias;
- II - atenda todas as exigências previstas nesta Lei e demais atos vinculados para a



obtenção da permissão;

**III** - faça prova de que o sustento da família depende exclusivamente da atividade explorada através da permissão;

**§ 1º.** A permissão para exploração do serviço de táxi permanecerá em nome do permissionário falecido, sendo que na desistência ou falecimento do cônjuge sobrevivente, a permissão retorna ao Poder Público.

**§ 2º.** Aplica-se o disposto neste artigo no caso do permissionário deixar de gozar de condição laboral permanente para a exploração do serviço, devidamente comprovado em laudo médico.

**Art. 15.** Para o preenchimento das vagas em virtude de desistência ou falecimento do permissionário serão adotadas as mesmas regras descritas no artigo 7º e seguintes desta Lei.

## **Seção I**

### **Do Cadastro de Condutor**

**Art. 16.** Para conduzir os veículos de transporte individual de passageiros (táxis) no Município de Palminópolis é obrigatória a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores.

**Parágrafo único.** Para obtenção do registro e a identificação do condutor de táxi cadastrado, o permissionário ou auxiliar deverá atender os requisitos estabelecidos em decreto regulamentador.

**Art. 17.** O cadastro de condutor deverá ser renovado periodicamente, de acordo com a data de seu vencimento.

**§ 1º.** Não sendo renovado no prazo estipulado, será declarada a caducidade do registro no cadastro de condutor, conforme regulamento a ser expedido via decreto.



§ 2º. Ocorrendo caducidade, o interessado, sem direito a qualquer condição ou privilégio, só poderá pleitear a obtenção de outro registro em caráter inicial após 02 (dois) anos.

§ 3º. A caducidade do registro no cadastro de condutor do motorista permissionário ensejará a declaração de caducidade da permissão, nos termos do artigo 13 desta Lei.

## Seção II

### Do Auxiliar de Permissionário

**Art. 18.** O permissionário poderá executar o serviço de táxi com a colaboração de 1 (um) motorista auxiliar, para substituição das atividades do titular em horário de seu descanso ou decorrentes de afastamento temporário das atividades normais.

§ 1º. Para execução do serviço, o motorista auxiliar do permissionário deverá obter o cadastro de condutor, atendendo as mesmas exigências do motorista permissionário.

§ 2º. O permissionário poderá indicar no máximo 2 (dois) motoristas auxiliares no período de 12 meses.

§ 3º. O motorista auxiliar poderá trocar de permissionário no máximo 2 (duas) vezes no período de 12 meses.

## CAPÍTULO III

### DOS VEÍCULOS

**Art. 19.** A permissão, requerida em caráter inicial, somente poderá ser expedida para veículo que tenha, no máximo, 05 (cinco) anos de fabricação e após ter o requerente comprovado o preenchimento das exigências legais para a exploração do serviço de táxi.

**Parágrafo único.** Para efeitos de aferição, o ano de fabricação do veículo é aquele constante no chassi.



**Art. 20.** Os veículos a serem utilizados deverão ser de espécie automóvel, na cor prata, dotados de 04 (quatro) portas, e encontrar-se em perfeito estado de segurança, funcionamento, higiene e conservação, tudo comprovado através de vistoria efetivada anualmente pela Secretaria de Transporte, por ocasião da renovação da permissão.

§ 1º O portador da permissão poderá mudar o veículo de sua propriedade por outro de no máximo 05 (cinco) anos de fabricação, com idade inferior ao do veículo substituído.

§ 2º Quando o veículo, referente ao parágrafo anterior exceder os 08 (oito) anos de fabricação deverá ser substituído, pelo permissionário por outro, com ano de fabricação posterior ao constante em sua permissão.

§ 3º Não se concederá permissão para veículo com capacidade superior a 07 (sete) ou a inferior a 05 (cinco) passageiros.

§ 4º Os veículos autorizados à prestação do serviço de táxi deverão obedecer aos modelos previamente aprovados pela Secretaria de Transportes.

**Art. 21.** Além de outras condições a serem estabelecidas em decreto, os veículos deverão ser dotados de:

I - taxímetro ou aparelho registrador, devidamente lacrado e aferido pelo órgão competente;

II - caixa luminosa com a palavra "TÁXI" fixada no teto, de forma a assegurar melhor visibilidade, sendo permitido o sistema imantado.

**Art. 22.** A Administração poderá, a qualquer tempo, exigir que os veículos sejam submetidos à vistoria, a fim de verificar se os mesmos satisfazem as condições para a execução do serviço de táxi.



**Art. 23.** Os permissionários do serviço de táxi, no caso de sinistro, roubo ou furto de seu veículo, poderão utilizar-se de veículo reserva, por prazo determinado, e conforme requisitos e especificações estabelecidas em decreto regulamentador.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DOS PONTOS DE TÁXI**

**Art. 24.** Os pontos de estacionamento dos veículos do serviço de táxi, deverão conter a especificação da localização, designação do número da ordem, nomenclatura, a área utilizável e a quantidade de veículos que neles deverão estacionar, sendo estabelecidas nos seguintes locais:

- I - Em frente a Prefeitura Municipal
- II - Praça do setor Jardim das Oliveiras
- III - Pátio do Terminal Rodoviário

**Art. 25.** Os pontos de táxi serão preferencialmente fixos, destinados exclusivamente ao estacionamento dos veículos dos permissionários designados, com frequência obrigatória e terão suas instalações padronizadas pela Administração Municipal, contendo obrigatoriamente:

- I - placas sinalizadoras;
- II - telefone, quando ponto fixo;
- III - abrigo de espera para os usuários;
- IV - demarcação de solo.

**Parágrafo único.** Todas as despesas com as instalações e manutenção dos pontos de estacionamento serão de responsabilidade do Poder Público.



**Art. 26.** Poderão ser criados pontos de apoio, denominados “pontos livres”, devidamente regulamentados pelo Executivo, de acordo com as necessidades locais.

**Art. 27.** Nenhum veículo poderá estacionar nos pontos de táxi sem que o seu respectivo condutor esteja de posse da permissão para exercício da atividade e do cadastro de condutor.

**Art. 28.** A Administração poderá autorizar os permissionários a realizar plantão nos feriados, finais de semana e eventos, justificado o interesse público.

**Art. 29.** A permuta de ponto de estacionamento entre permissionários poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante solicitação das partes, por escrito e a critério do órgão competente.

**Art. 30.** Todo ponto de táxi poderá, a qualquer tempo e por motivo de interesse técnico ou público, ser transferido, extinto, ampliado ou diminuído na sua extensão ou número de veículos, sem qualquer tipo de indenização.

**Parágrafo único.** Advindo à necessidade de extinção ou diminuição do ponto de táxi, os permissionários serão transferidos para outros pontos, mediante critérios a serem definidos pelo Executivo.

**Art. 31.** Os permissionários de cada ponto de estacionamento deverão escolher coordenadores, sem quaisquer ônus para o Município.

**Parágrafo único.** Os nomes eleitos para a coordenação dos pontos deverão ser comunicados através de ofício à Prefeitura que após levantamento de antecedentes de prontuário, opinará pela aprovação do indicado, conferindo-lhe identificação própria que terá validade por dois anos, desde que permaneça no ponto onde foi eleito.

**Art. 32.** Caberá aos coordenadores, dentre outras funções:

I - zelar pelo bom funcionamento do ponto, verificando a frequência dos motoristas;



II - organizar o atendimento de telefone;

III - organizar a fila dos táxis;

IV - comunicar qualquer irregularidade ou infração à presente Lei, com relatório objetivo e claro, citando pelo menos uma testemunha, a Secretaria de Transportes de Transportes.

## **CAPÍTULO V DAS TARIFAS**

**Art. 33.** O Executivo Municipal fixará tarifa a ser cobrada pelos permissionários na execução do serviço de táxi, mediante estudos efetuados pelo órgão competente.

**Parágrafo único.** Os veículos do serviço de táxi adotarão, exclusivamente, o taxímetro como forma de cobrança dos serviços prestados.

**Art. 34.** O pagamento das corridas efetuadas serão pagas diretamente ao motorista, sendo permitido o uso de qualquer meio de pagamento usualmente aceito pelo comércio em geral, incluindo cartões.

**Parágrafo único.** A cobrança da corrida do táxi começa no instante do embarque do passageiro no veículo.

## **CAPÍTULO VI DOS PREÇOS PÚBLICOS**

**Art. 35.** Os permissionários ficarão sujeitos aos seguintes preços públicos:

I - inscrição para obtenção de permissão;

II - renovação da permissão;

III - inscrição no cadastro de condutor;



IV - inscrição de condutor auxiliar;

V - renovação do cadastro de condutor (permissionário ou condutor auxiliar);

VI - substituição de veículo;

VII - segunda via de documentos;

VIII - permuta de ponto de táxi;

IX - vistoria;

§ 1º. Os respectivos valores dos preços públicos serão definidos mediante decreto do Executivo.

§ 2º. Poderão ser instituídos outros preços em decreto, de acordo com os serviços públicos prestados.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

**Art. 36.** Pelo não cumprimento das disposições desta Lei, bem como de seus decretos e outras normas que venham a ser editadas, obedecendo aos princípios do contraditório e ampla defesa, serão aplicadas aos condutores do serviço de táxi as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - apreensão do veículo;

IV - cassação do registro do condutor de táxi;

V - cassação da permissão.

§ 1º. As infrações punidas com a penalidade de "advertência", referem-se a



condutas primárias que não afetem o conforto ou a segurança dos usuários.

§ 2º. As infrações punidas com a penalidade de “multa”, de acordo com sua gravidade, classificam-se em;

I – multa por infração de natureza leve, no valor de 50 (cinquenta) Unidades de valor do Município, por desobediência a determinações do Poder Público ou por descumprimento dos parâmetros operacionais estabelecidos, que não afetem a segurança dos usuários;

II – multa por infração de natureza média, no valor de 100 (cem) Unidades de Valor do Município, por desobediência a determinações do Poder Público que possam colocar em risco a segurança dos usuários ou por descumprimento de obrigações contratuais, por deficiência na prestação do serviço;

III – multa por infração de natureza grave, no valor de 150 (cento e cinquenta) Unidades de Valor do Município, por atitudes que coloquem em risco a prestação dos serviços, recusa de passageiros ou por cobrança de tarifa diferente das autorizadas;

IV – multa por infração de natureza gravíssima, no valor de 200 (duzentos) Unidades de Valor do Município, por suspensão da prestação de serviços, sem autorização do Poder Público;

§ 3º. A penalidade de “cassação do registro de condutor de táxi” poderá ser aplicada nos casos estabelecidos em decreto para as infrações de natureza grave ou gravíssima, mediante a instauração de processo administrativo, estando o motorista punido impedido de dirigir táxi no Município.

§ 4º. A penalidade de “cassação da permissão” será aplicada nos casos estabelecidos em decreto para as infrações de natureza gravíssima, mediante a instauração de processo administrativo, sendo vedada a outorga de nova permissão ao infrator.



§ 5º. A aplicação das penalidades descritas nos incisos II, III, IV e V do caput deste artigo deverão ser precedidas da notificação do permissionário.

**Art. 37.** Além da penalidade de “multa”, os infratores estarão sujeitos às seguintes medidas administrativas, que poderão ser aplicadas individual ou cumulativamente:

- I - retenção do veículo;
- II - remoção do veículo;
- III - afastamento do veículo;
- IV - suspensão do registro de condutor de táxi, limitada a 30 (trinta) dias corridos;
- V - suspensão da permissão, limitada a 30 (trinta) dias corridos;
- VI - afastamento do condutor;
- VII - atribuição de pontuação.

**Parágrafo único.** A atribuição de pontuação disposta no inciso VII deste artigo será feita no prontuário do permissionário ou do condutor, e será computada num período de 12(doze) meses subsequentes a data da primeira infração.

**Art. 38.** A descrição das infrações e as respectivas penalidades serão definidas em Decreto.

## CAPÍTULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 39.** Os atuais permissionários e condutores auxiliares já cadastrados para o serviço de táxi permanecerão com seus alvarás de estacionamento em vigor até o término de suas validades, sujeitando-se desde já seus titulares às normas previstas nesta Lei.

**Art. 40.** O permissionário que atualmente executar o serviço com 2 (dois) motoristas



auxiliares poderá manter até a exclusão de 1 (um).

**Art. 41.** Fica permitida a regularização dos permissionários, auxiliares, autorizados e executores do serviço de táxi no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta Lei, condicionado à apresentação de requerimento por escrito e análise pelos setores competentes.

**Parágrafo único.** No mesmo prazo previsto no *caput* deste artigo, a Administração providenciará o recadastramento de todos os permissionários e seus auxiliares.

**Art. 42.** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei por Decreto.

**Art. 43.** Compete à Secretaria Municipal de Administração a edição de normas complementares para a regulamentação e operacionalização do serviço de táxi.

**Art. 44.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMINÓPOLIS**, aos 26 dias do mês de Fevereiro de 2021.

**FRANC HELVIS VAZ**

-Prefeito-